

# Índice

## CAPÍTULO 33

### RESTITUIÇÃO DE COISAS APREENDIDAS

1. Noções gerais.....	1
2. Coisas que podem ser apreendidas .....	2
3. Coisas que não podem ser apreendidas.....	4
4. Restituição: objetos restituíveis, oportunidade, procedimento .....	5
5. Coisas que podem e que não podem ser restituídas. Instrumentos do crime .....	7
6. A apreensão na hipótese do art. 19 da LCP.....	9
7. Produtos diretos e indiretos do crime .....	9
8. Restituição feita pela Autoridade Policial.....	11
9. Restituição feita pelo Juiz criminal.....	12
10. Direito do terceiro de boa-fé.....	13
11. Restituição de coisas facilmente deterioráveis.....	14
12. Coisas adquiridas com os proventos do crime .....	14
13. Destino dos objetos apreendidos.....	17
14. Coisas apreendidas em face de contrabando ou descaminho .....	19
15. Destino das coisas apreendidas ou seqüestradas, quando se tratar de tráfico de substâncias entorpecentes, de acordo com os arts. 60 a 64 da Lei n. 11.343, de 23-8-2006 (nova Lei de Tóxicos) ....	21

## CAPÍTULO 34

### DAS MEDIDAS ASSECURATÓRIAS

1. Generalidades .....	27
------------------------	----

2. Medidas cautelórias penais .....	28
3. Restituição, ressarcimento e reparação .....	29
4. O ofendido e as medidas assecuratórias.....	29
5. O seqüestro .....	30
6. Embargos ao seqüestro .....	33
7. Levantamento do seqüestro.....	35
8. Seqüestro de móveis .....	37
9. Sentença penal condenatória.....	38
10. Hipoteca legal .....	39
11. Pressupostos.....	40
12. Medida preventiva. O arresto do bem a ser hipotecado .....	43
13. Liquidação definitiva .....	44
14. Absolvição .....	45
15. Arresto de móveis .....	45
16. Bens fungíveis .....	48
17. Responsável civil .....	49

## CAPÍTULO 35

### DO INCIDENTE DE FALSIDADE

1. Origem da palavra <i>documento</i> .....	51
2. Razão de ser do incidente .....	52
3. Súmula do incidente .....	53
4. Procedimento .....	54
5. A remessa ao Ministério Público .....	55
6. Faz coisa julgada a decisão? .....	56
7. Legitimidade .....	56
8. O Juiz poderá suscitar? .....	57
9. O processo principal ficará suspenso? .....	58

## CAPÍTULO 36

### DO INCIDENTE DE INSANIDADE MENTAL DO ACUSADO

1. O fato típico.....	59
2. A antijuridicidade .....	60

3. A culpabilidade.....	61
4. A imputabilidade.....	62
5. A importância do exame.....	62
6. Critérios para se aferir a inimputabilidade.....	63
7. Os menores de 18 anos.....	64
8. Os amentais.....	64
9. A embriaguez.....	65
10. Critério biopsicológico.....	67
11. Comprovação da inimputabilidade.....	67
12. Oportunidade para o exame que comprove a insanidade.....	69
13. Legitimidade.....	70
14. Procedimento.....	70
15. Quesitos.....	72
16. A doença mental antes e depois da infração.....	73
17. Não-vinculação do Juiz à perícia.....	74

## CAPÍTULO 37

### DOS FATOS E ATOS PROCESSUAIS

1. Noções gerais. Fato e ato processuais.....	75
2. Os atos processuais. Conceito.....	77
3. Critérios para a classificação.....	77
4. Atos das partes.....	78
5. Atos dos Juízes.....	80
6. Atos dos Auxiliares da Justiça.....	82
7. Atos de terceiros.....	82
8. Atos simples e complexos.....	83
9. Termos.....	83
10. Audiências.....	84
11. Sessões.....	86
12. Limites de lugar.....	87
13. Limites de forma.....	88
14. Limites de tempo.....	92
15. Prazo.....	93
16. Preclusão.....	95

17. Espécies de prazo.....	98
18. Contagem dos prazos .....	99
19. Fixação do <i>dies a quo</i> .....	102
20. Prazos contínuos e peremptórios .....	106

## CAPÍTULO 38

### DAS NULIDADES

1. Noções preliminares .....	110
2. Ato inexistente .....	112
3. Atos nulos e irregulares .....	114
4. O ato inexistente, o ato nulo e a coisa julgada.....	115
5. A nulidade .....	118
6. Não há nulidade sem prejuízo.....	119
7. Irrelevância do ato .....	119
8. Atos e formalidades essenciais .....	120
9. A classificação dos atos e das formalidades .....	125
10. A incompetência, suspeição e suborno do Juiz .....	125
11. Ilegitimidade de parte .....	127
12. A omissão da peça acusatória ou da representação.....	128
13. Ausência de corpo de delito.....	129
14. Ausência de Defensor e Curador .....	130
15. A falta de intervenção do Ministério Público .....	133
16. A falta de citação do réu, do seu interrogatório, quando presente, e dos prazos concedidos à Acusação e à Defesa .....	135
17. A falta de pronúncia, libelo, e entrega da respectiva cópia.....	141
18. A falta de intimação do réu para a sessão de julgamento, quando não puder ser julgado à revelia .....	142
19. A falta de intimação das testemunhas arroladas no libelo e na contrariedade.....	142
20. A falta de <i>quorum</i> para a instalação da sessão do Júri.....	144
21. A falta de sorteio dos jurados do Conselho de Sentença em número legal e sua incomunicabilidade .....	145
22. A falta de quesitos e das respectivas respostas .....	146
23. A falta de acusação e defesa na sessão de julgamento.....	150
24. A falta de sentença.....	153

25. Ausência do recurso de ofício, nos casos em que a lei o tenha estabelecido .....	153
26. A falta de intimação, nas condições estabelecidas na lei, para ciência de sentenças e despachos de que caiba recurso .....	154
27. A falta de <i>quorum</i> nos julgamentos levados a cabo pelo STF e Tribunais de Justiça .....	156
28. Nulidades absolutas e relativas no CPP .....	157
29. Momento para a argüição da nulidade .....	160
30. Poderá o Juiz, sem provocação, conhecer da nulidade? .....	162
31. Quem pode argüir a nulidade? .....	163
32. Modos de sanabilidade.....	164
33. Pode haver nulidade em inquérito? .....	165

## CAPÍTULO 39

### DA CITAÇÃO, NOTIFICAÇÃO E INTIMAÇÃO

1. Considerações gerais.....	168
2. Conceito.....	168
3. Órgãos da citação.....	170
4. Vinculação à instância. Haverá necessidade de se proceder à citação na execução?.....	171
5. Quem pode ser citado .....	171
6. Citação de incapazes.....	172
7. A citação como garantia individual .....	172
8. Pode o réu ser cientificado da acusação, antes da citação?.....	173
9. Conseqüências do não-atendimento à citação .....	174
10. Efeitos da citação válida .....	174
11. Espécies de citação .....	175
12. Citação por mandado. Requisitos intrínsecos e extrínsecos .....	175
13. Citação por meio de carta precatória .....	177
14. Pode o réu ser ouvido no juízo deprecado? .....	178
15. Precatória por telegrama .....	182
16. É possível a precatória por telefone? .....	182
17. Citação do militar .....	182
18. Citação do funcionário público.....	183
19. Citação do preso .....	184

20. Réu que se encontra no estrangeiro. Como se procede à citação. A rogatória. Haverá necessidade de legalização consular? O art. 210 do CPC .....	185
21. Citação em legações estrangeiras.....	186
22. A carta de ordem .....	187
23. Citação por edital.....	187
24. Citação ficta. Crítica .....	187
25. As hipóteses em que se permite a <i>citatio edictalis</i> .....	197
26. Se o réu não for encontrado .....	198
27. Quando o réu se oculta .....	199
28. Quando o lugar em que estiver o citando for inacessível.....	200
29. Quando incerta a pessoa do citando.....	200
30. Quando o réu se encontrar no estrangeiro, em lugar não sabido ....	201
31. Como se procede à citação por edital?.....	201
32. Revelia. Hipóteses. Conseqüências .....	203
33. Das notificações e intimações .....	205

## CAPÍTULO 40

### DA PROVA

1. Noções preliminares .....	213
2. Prova emprestada.....	218
3. Liberdade de prova .....	219
4. Ônus da prova.....	246
5. Apreciação das provas .....	251
6. Das perícias em geral.....	254
7. Realização da perícia .....	264
8. Necropsia .....	268
9. Exumação .....	269
10. Exame complementar.....	270
11. Exames dos escritos .....	272
12. Exames por precatória .....	275

## CAPÍTULO 41

### DO INTERROGATÓRIO

1. Noções gerais.....	277
-----------------------	-----

2. Necessidade .....	281
3. Oportunidade .....	285
4. Caracteres .....	285
5. Faculdade de não responder.....	286
6. Não-participação da Defesa .....	289
7. Conteúdo.....	296
8. Co-réus .....	298
9. Oralidade .....	298
10. Acusado menor .....	299
11. Confissão .....	299
12. Força probatória da confissão .....	300
13. Divisão.....	302
14. Espontaneidade .....	303
15. Retratabilidade.....	303
16. Divisibilidade.....	304
17. Confissão ficta .....	304

## CAPÍTULO 42

### OFENDIDO E TESTEMUNHAS

1. Conceito de ofendido ou vítima.....	307
2. Ofendido e testemunhas. Sanções.....	309
3. O ofendido presta compromisso?.....	311
4. Valor probatório da palavra do ofendido.....	313
5. Conceito de testemunha .....	314
6. Fundamento da prova testemunhal.....	315
7. Valor probatório .....	315
8. Classificação .....	319
9. Caracteres do testemunho .....	321
10. Oralidade .....	322
11. Objetividade.....	323
12. Retrospectividade.....	323
13. Capacidade.....	323
14. Dever de depor.....	325

15. Exceções ao dever de depor.....	325
16. Subdeveres.....	331
17. Comparecimento.....	331
18. Exceções ao dever de comparecer.....	332
19. Sanções.....	334
20. Dever de prestar compromisso.....	337
21. Ausência de compromisso.....	338
22. Importância do compromisso.....	339
23. Providências que se tomam quando a testemunha depõe falsamente.....	343
24. Depoimento: verificação de identidade; verificação de possível vinculação com as partes; advertência e objeto concreto do depoimento.....	347
25. Número de testemunhas.....	350
26. Oportunidade para arrolar testemunhas.....	352
27. Contradita e arguição de defeito.....	352
28. Contradita.....	353
29. Arguição de defeito.....	353

### CAPÍTULO 43

## **RECONHECIMENTO, ACAREAÇÃO E DOCUMENTOS**

1. Do reconhecimento de pessoas e coisas.....	355
2. Procedimento.....	358
3. Reconhecimento de coisas.....	360
4. Da acareação.....	360
5. Procedimento.....	361
6. Qual o valor das acareações?.....	363
7. Dos documentos.....	364
8. Documentos em sentido estrito.....	365
9. Documentos e instrumentos. Instrumentos e papéis.....	366
10. Classificação dos documentos.....	368
11. Momento para a apresentação.....	371
12. Quais os documentos que podem ser apresentados?.....	372
13. Providência do Juiz.....	372

14. Autenticidade.....	373
15. Documentos em língua estrangeira.....	374
16. Desentranhamento.....	374
17. Dos indícios.....	375

## CAPÍTULO 44

### DA BUSCA E APREENSÃO

1. Noção geral.....	383
2. Oportunidade.....	384
3. Iniciativa.....	384
4. Sujeito ativo.....	384
5. Sujeito passivo.....	385
6. Busca domiciliar.....	385
7. Inviolabilidade do domicílio.....	385
8. Noção de domicílio.....	388
9. Finalidade.....	389
10. Apreensão de cartas.....	389
11. A enumeração feita pelo § 1.º do art. 240 do CPP é taxativa?.....	391
12. Condição de legitimidade.....	391
13. Necessidade de mandado.....	392
14. Quando se procede às buscas e apreensões domiciliares?.....	393
15. Como se procede às buscas domiciliares?.....	395
16. Busca sem mandado.....	395
17. Busca com mandado.....	397
18. Busca pessoal.....	399
19. Finalidade.....	400
20. Quem pode realizá-la?.....	400
21. Haverá necessidade de mandado?.....	401
22. Busca em mulher.....	402
23. A documentação.....	402
24. Poderá ser realizada a busca no escritório do Advogado?.....	402
25. E nas repartições públicas?.....	404
26. Apreensão em território sujeito a jurisdição alheia.....	405

## CAPÍTULO 45

### DA PRISÃO E DA LIBERDADE PROVISÓRIA

1. Conceito.....	407
2. Prisão-pena e prisão sem pena.....	408
3. A prisão-pena.....	408
4. As penas previstas no nosso Código Penal.....	410
5. A prisão-pena nas contravenções.....	416
6. Prisão na Lei de Imprensa.....	416
7. Prisão-albergue.....	417
8. Prisão sem pena.....	417
9. A prisão cautelar de natureza processual.....	419
10. Princípios constitucionais.....	421
11. Disposições gerais.....	424
12. A autoridade competente.....	425
13. A ordem escrita.....	428
14. Duplicata.....	430
15. Prisão realizada por mandado.....	431
16. Prisão solicitada por precatória.....	431
17. Prisão solicitada por telegrama.....	432
18. Prisão solicitada por telefone.....	432
19. Prisão em outra comarca.....	433
20. Custódia.....	434
21. Perseguição material.....	434
22. Realização da prisão por mandado.....	434
23. Momento para a realização da prisão.....	435
24. Inviolabilidade do domicílio.....	436
25. Uso da força.....	439
26. Prisão especial.....	444
27. Interpretação restritiva.....	451

## CAPÍTULO 46

### DA PRISÃO EM FLAGRANTE

1. Origem da palavra <i>flagrante</i> .....	457
2. Fundamento atual.....	458

3. Fundamento anterior .....	460
4. O flagrante no Direito anterior .....	463
5. Natureza jurídica.....	463
6. Sujeito ativo .....	466
7. Sujeito passivo .....	467
8. Flagrante nos crimes de ação penal pública condicionada e nas hipóteses de ação privada.....	470
9. Flagrante nas contravenções .....	472
10. Espécies de flagrante .....	473
11. Diferenças entre as modalidades de flagrante .....	476
12. Infrações permanentes e habituais .....	478
13. O auto de prisão em flagrante: formalidades, importância das formalidades, prazo para a lavratura do auto.....	480
14. A nota de culpa.....	489
15. Comunicação da prisão .....	490
16. Infração praticada em presença da autoridade, ou contra esta, no exercício de suas funções.....	491
17. Prisão efetuada fora do <i>locus delicti</i> .....	493
18. Concessão da liberdade provisória.....	494
19. Poderá a Autoridade Policial relaxar a prisão? .....	501
20. Flagrante preparado .....	501
21. Flagrante protelado .....	503
22. Flagrante forjado.....	504

## CAPÍTULO 46-A

### DA PRISÃO TEMPORÁRIA

1. Introdução .....	505
2. Quem pode decretar a prisão temporária? Qual o seu prazo de duração? .....	507
3. Em que hipóteses se admite a prisão temporária? .....	508
4. Os requisitos da cautelaridade .....	509

## CAPÍTULO 47

### DA PRISÃO PREVENTIVA

1. Noções gerais.....	513
-----------------------	-----

2. Espécies .....	515
3. Prisão preventiva compulsória .....	515
4. Prisão preventiva facultativa .....	519
5. Fundamento da prisão preventiva.....	521
6. Pressupostos.....	521
7. Momento para a decretação .....	522
8. Quem pode decretá-la? .....	526
9. Quem poderá requerer a medida? .....	527
10. Circunstâncias que autorizam a preventiva .....	527
11. As hipóteses legais.....	537
12. Fundamentação .....	539
13. Recursos.....	542
14. Proibição.....	543
15. Preventiva nas contravenções.....	544
16. Revogação.....	545

## CAPÍTULO 48

### DA LIBERDADE PROVISÓRIA

1. Generalidades .....	547
2. Sucedâneos da prisão provisória .....	553
3. A prisão domiciliar .....	557
4. A liberdade provisória com ou sem fiança.....	558
5. Conceito de liberdade provisória .....	559
6. Fundamento .....	559
7. Antecedentes.....	560
8. Liberdade provisória .....	562
9. A liberdade provisória sem fiança, mas vinculada.....	562
10. As hipóteses de liberdade provisória vinculada sem fiança .....	565
11. O art. 310 do CPP.....	565
12. O parágrafo único do art. 310 do CPP .....	566
13. Restrições legais .....	570
14. A conversão da liberdade sob fiança em liberdade sem fiança .....	571
15. Obrigações .....	572
16. Recurso .....	573

17. Réu pobre.....	573
18. Liberdade provisória sem fiança e sem vinculação.....	577
19. Conversão, nos termos do art. 310, parágrafo único.....	580
20. A pronúncia nos crimes afiançáveis.....	581
21. Liberdade provisória mediante fiança. As hipóteses legais.....	581
22. Conceito de fiança.....	600
23. Finalidade.....	601
24. É definitiva a fiança?.....	601
25. Momento para a prestação.....	602
26. Quem pode prestá-la?.....	603
27. As obrigações do afiançado.....	604
28. Limites da fiança.....	605
29. Extinção da fiança.....	611
30. Quebramento.....	611
31. Quem pode decretar o quebramento? Recurso.....	612
32. Conseqüências.....	613
33. Destino da fiança.....	613
34. Liberdade provisória, mesmo quebrada a fiança.....	614
35. Perdimento da fiança.....	615
36. Conseqüência.....	615
37. Recurso.....	615
38. Cassação da fiança.....	615
39. Conseqüência.....	616
40. Recurso.....	616
41. Fiança sem efeito.....	617
42. Reforço.....	617
43. Autoridade competente para julgar a fiança sem efeito.....	619
44. Absolvição.....	620
45. Extinção da punibilidade.....	620
46. Condenação.....	621
47. Execução.....	621
48. Abolição da fiança.....	621

## CAPÍTULO 49

Lei n. 7.210, de 11-7-1984, que institui a Lei de Execução Penal.....	625
---	-----

## APÊNDICE

Portaria n. 26, de 14-8-1990.....	671
BIBLIOGRAFIA .....	677